

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



PAC MANGUINHOS: PROBLEMAS NÃO RESOLVIDOS E RECOMENDAÇÕES

RELATÓRIO

Abril, 2016

REALIZAÇÃO



COORDENAÇÃO

André Luiz Carvalho Cardoso
Professor e coordenador dos grupos de
extensão: Arquetando Intersubjetividades
- UNISUAM e LSECAU/FEN/UERJ

Fatima Pivetta
Pesquisadora - LTM/ENSP/Fiocruz

Marcelo Firpo de Souza Porto
Pesquisador - LTM/ENSP/Fiocruz

Marize Bastos da Cunha
Pesquisadora - LTM/ENSP/Fiocruz

EQUIPE

Alan Brum Pinheiro
Pesquisador bolsista, LTM/ENSP/Fiocruz

Éric Alves Gallo
Projeto de Extensão Arquetando
Intersubjetividades, UNISUAM

Gustavo Rodrigues Lopes Tavares
Bolsista do Projeto de Extensão
LSECAU/FEN/UERJ

Mônica dos Santos Francisco
Pesquisadora bolsista LTM/ENSP/Fiocruz

Patrícia Gomes de Oliveira
Projeto de Extensão Arquetando
Intersubjetividades – UNISUAM

Priscila Soares Gomes
Projeto de Extensão Arquetando
Intersubjetividades – UNISUAM

COLABORADORES

Felipe Oliveira
Comissão de Moradores de Manguinhos

Gilson Alves
Comissão de Moradores de Manguinhos

José Beserra de Araújo
Comissão de Moradores de Manguinhos

Maria Paula de Oliveira Bonatto
Pesquisadora – SEDUC/Museu da
Vida/COC/FIOCRUZ

Patrícia Evangelista
Apoio a Gestão Participativa - Teias
Escola Manguinhos/ENSP/Fiocruz

P693p Pivetta, Fatima (Coord.)
PAC Manguinhos: problemas não resolvidos e recomendações: relatório.
/ coordenado por Fatima Pivetta et al. — Rio de Janeiro, RJ:
FIOCRUZ/ENSP, 2016.
50 p.: il. color.
ISBN: 978-85-9511- 015-1

1. Planejamento de Cidades. 2. Políticas Públicas 3. Reforma Urbana. 4.
Saneamento Básico. 5. Habitação Popular. 6. Áreas de Pobreza. 7.
Vulnerabilidade Social. I. Pivetta, Fatima. II. Cardoso, André Luiz
Carvalho III. Porto, Marcelo Firpo de Souza. IV. Cunha, Marize Bastos
da V. Título.

CDD – 22.ed. –307.12098153

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo documentar e sistematizar os problemas que moradores de algumas localidades de Manguinhos vêm enfrentando em seus lugares de moradia, de forma a subsidiar suas demandas junto a Defensoria Pública e ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

As enchentes que atingiram algumas localidades após as obras do PAC, em dezembro de 2013, foram a principal motivação para a mobilização dos moradores. Como primeira ação um grupo de pessoas protocolou junto à ouvidoria do Ministério Público do Rio de Janeiro, um abaixo assinado, no dia 10/06/2015, cujo assunto-problema descrito é “Solicitação para Retirada de uma Ponte do rio Faria Timbó que está Causando Sérios Transtornos de Enchentes com Prejuízos aos Moradores de Manguinhos e Bairros Vizinhas”.

Em seguida, foi criado um Grupo de Trabalho (GT), no âmbito do Conselho Gestor Intersetorial (CGI) do Teias Escola Manguinhos. Conselho este em que os moradores têm representação paritária aos gestores e trabalhadores dos serviços locais de saúde, e conta também com a colaboração de técnicos e pesquisadores de várias áreas de atuação da Fiocruz. Este GT, então, acionou o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido realizada uma reunião no dia 27/10/2015, na sede da Defensoria.

Desde então foram realizados dois encontros dos moradores de Manguinhos. O primeiro foi promovido pelos pesquisadores do Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM), da Fiocruz, no dia 08 de dezembro de 2015, na sede do CCDC da Varginha, das 18 às 21 horas, e contou com a presença da Dra. Maria Lúcia de Pontes e do Dr. João Helvécio, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, bem como do coordenador do Laboratório “Arquitetando Subjetividades” da Unisum e estudantes do mesmo. Neste encontro, foi decidido pelos moradores dar continuidade à mobilização.

O segundo encontro, realizado no dia 30 de janeiro de 2016, na sala 410 da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, das 13 às 16:30 horas, também promovido pelo LTM em colaboração com o Projeto Arquitetando Subjetividades da Unisum. Esta atividade teve como objetivo elaborar o mapa geral dos problemas, por sugestão dos Defensores presentes na reunião anterior.

Este é um relatório prospectivo e foi elaborado com as informações que foram produzidas a partir do diálogo dos pesquisadores com os moradores, suas visões e suas experiências sobre o PAC, relacionando-as à situação de saúde e ambiente, moradia, saneamento, mobilidade e violação de direitos. Tal diálogo se realizou principalmente nas oficinas de discussão referidas acima, sendo complementado pelo trabalho de campo e o levantamento documental, bem como dos conhecimentos e informações que tanto o LTM quanto a equipe do projeto

Arquitetando Intersubjetividades vêm produzindo em Manguinhos, desde o início do PAC. O mesmo se constrói a partir do diálogo entre as fotos, os fatos e as informações coletadas, por um lado, e, por outro, o depoimento dos moradores, refletindo o processo de mudanças provocadas pelo PAC, no território e em suas próprias vidas.

O relatório apresenta os principais problemas identificados pelos moradores presentes nas oficinas, e está organizado em partes que abordam, respectivamente: as situações-limites, por nós definidas como as que exigem uma resposta imediata dos governos e da sociedade, e os problemas que atingem o território de uma forma geral; o mesmo compreende os seguintes capítulos:

I. Situações-Limites: as Urgências

1. Rua São José: uma confluência dos problemas do território
2. Os impactos do PAC sobre as habitações: rua São Daniel, a casa da Dona Geralda como síntese dos problemas
3. Enchentes: a perpetuação de um problema que tem solução

II. Problemas que Atingem todo o Território

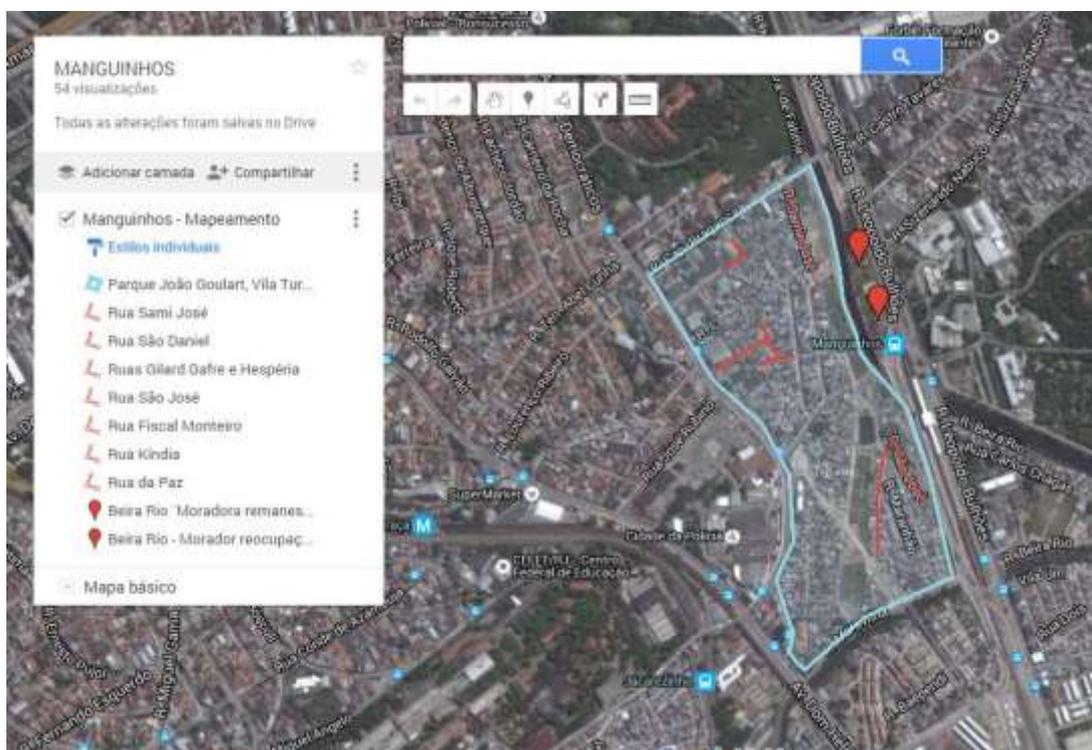
1. Habitação: promessas, remoções e obras inacabadas
2. Saneamento Básico: esgoto, lixo e água
3. Rede Elétrica
4. Mobilidade
5. Lazer
6. Relações entre os Moradores e o Poder Público

III. Conclusão e Recomendações

O mapa apresentado a seguir mostra as localidades onde se concentram os principais problemas identificados pelos moradores nas oficinas:

- Rua São José e Rua São Daniel, no Parque João Goulart: enchentes, remoções e habitações danificadas pelas obras do PAC, esgoto a céu aberto, entre outros;
- Rua Fiscal Monteiro, Rua Hespéria, Rua Gil Gaffré, Travessa Kíndia, Rua Capitão Bragança, Rua Uranos e Rua Sami Jorge na Vila Turismo: enchentes, canalizações de esgoto e de águas pluviais mal dimensionadas, esgoto a céu aberto, remoções e abandono de obras.

- Rua Santa Efigênia na Beira Rio: remoções e abandono de obras, habitações danificadas pelas obras do PAC, esgoto à céu aberto; abandono do lixo e das “ramblas”¹.
- Rua Leopoldo Bulhões: falta de sinalização adequada e atropelamentos.
- DSUP: atropelamentos na via férrea e falta de áreas de lazer.
- Rios Faria Timbó e Jacaré: assoreamento, enchentes agravadas pela construção do pontilhão (pequena ponte) em 2010.



¹ *Ramblas de Manguinhos* é a denominação dada pelo arquiteto e autor do projeto urbanístico do PAC Jorge Mario Jáuregui para a área debaixo da via férrea que foi elevada e consumiu a maior parte dos recursos do PAC.

I. SITUAÇÕES-LIMITES: AS URGÊNCIAS

As urgências, que denominamos situações-limites, aqui relatadas exigem respostas imediatas do Estado em relação a vários problemas: as casas em risco de desabamento; o esgoto nas ruas e vielas por onde passou o PAC, e anteriormente outras políticas públicas como o PROSANEAR, na década de 1990; o agravamento das enchentes; a precariedade de serviços básicos como luz e água em áreas com intervenções concluídas e em andamento; a produção de entulho e lixo das obras causando proliferação de vetores. Especificamente, neste relatório, abordaremos três situações-limites que foram identificadas pelos moradores presentes nos encontros realizados:

- 1.1. Rua São José: uma confluência dos problemas do território
- 1.2. Os impactos do PAC sobre as habitações: rua São Daniel, a casa da Dona Geralda como síntese dos problemas
- 1.3. Enchentes: a perpetuação de um problema que tem solução

1.1 - Rua São José: uma confluência dos problemas do território

A Rua São José está localizada no Parque João Goulart. Ela corta toda esta localidade de Manguinhos, correndo paralelamente a principal via do bairro, a Leopoldo Bulhões, e a linha férrea do ramal Saracuruna, situando-se entre os dois principais rios da região: o Faria Timbó e o Rio Jacaré.

Trata-se de uma rua longa com arruamento informal, de largura aproximada média de 1,20 m, composta por moradias erguidas sob autoconstrução. A localidade apresenta problemas históricos como: entupimento das redes de esgoto; dificuldade no acesso; acúmulo de lixo e entulhos; precariedade no fornecimento de água e luz; condições insalubres das habitações, com destaque para os precários sistemas de ventilação e iluminação dos ambientes; enchentes e dificuldade de escoamento, além da desinformação da população a respeito dos seus direitos.

Com as obras do PAC ampliaram os problemas pré-existentes da Rua São José, como atestam alguns depoimentos de moradores:

“Tudo de ruim que tem em Manguinhos na São José, tem”.

“Moro em Manguinhos a quarenta e cinco anos e sempre sofremos com enchentes, mas depois das obras do PAC piorou”.

“Manguinhos vem de mangue, e mangue enche, né? Então a primeira coisa que eles deviam resolver era a enchente”

Com efeito, a Rua José configura uma sobreposição de processos de vulnerabilização ambientais e sociais, que concorrem para a extrema precariedade das condições de vida de seus moradores, e de sua situação de saúde, sintetizada na imagem abaixo (Figura I.1.1).



Figura I.1.1 - Condições da Rua São José em fevereiro de 2014. Acervo LTM. Foto: Marize Cunha.

a) PAC Manguinhos na Rua São José: entre promessas e frustrações.

O PAC Manguinhos tinha como proposta inicial para a Rua São José a remoção das habitações existentes paralelamente à linha férrea, para a posterior construção e recuperação de espaços públicos além de implantação de conjuntos habitacionais de interesse social, para realocação dos moradores locais. Na figura I.12, podemos observar o trecho previsto para remoção das habitações marcado em cor lilás, ao longo das “ramblas” marcada com o número 1, e posterior construção de conjunto habitacional (marcação feita por nós).



Figura I.1.2 - Projeto de arquitetura desenvolvido pelo arquiteto Jorge Mario Jauregui. Trecho ampliado da área de realocação prometida para os moradores da Rua São José e adjacências. Em lilás, área correspondente a implantação dos conjuntos habitacionais. Disponível em: [Http://bit.ly/1SrgcCf](http://bit.ly/1SrgcCf). Consultado em 24/03/2016.

Com a priorização, nas obras, da elevação da linha férrea e construção da pista que seria originalmente a continuação da Rua Uranos, o projeto de requalificação da área da São José foi sendo deixado de lado no desenvolvimento das intervenções, tendo sido afirmado por representantes da EMOP que aquela área teria saído do escopo das obras, por falta de verbas.

Com a crescente reivindicação dos moradores em função dos vários problemas gerados pelo PAC - dentre eles podemos destacar: agravamento das enchentes e rachaduras nas casas - no fim de 2015 alguns representantes da EMOP voltaram ao local articulando uma nova possibilidade de remanejamento dos moradores de um único lado da Rua São José. Na suposta mudança seriam contempladas,

apenas, as unidades residenciais de um dos lados da Rua São José, especificamente as casas posicionadas entre a Rua São José e a nova avenida paralela à Leopoldo Bulhões, construída pelo PAC, que dará seguimento à rua Uranos. Esta via, além da rota normal em direção ao centro da cidade, oferecerá acesso para a avenida Dom Hélder Câmara, cortando parte da comunidade no setor onde foram instalados novos equipamentos públicos a partir das intervenções do PAC. A Figura I.1.3 mostra os fundos das casas que permaneceram, após as remoções das habitações do lado da rua São José, unidades estas que seriam contempladas na nova proposta de remanejamento feito pela EMOP.



Figura I.1.3 - Habitações na Rua São José com fundos para a extensão da rua Uranos, ao longo da via férrea. Março, 2016. Acervo: Projeto Arquetando Intersubjetividades – Unisuam.

Até o presente momento (abril de 2016), passados mais de três meses dessa visita da EMOP ao local quando apresentou essa proposta, nada mais foi dito aos moradores. Com precárias condições de habitabilidade, ampliadas pelas obras inacabadas do PAC, o que restou para os moradores foi a frustração ao não terem sido resolvidos os problemas com suas casas, expressa nas falas daqueles que ali vivem:

“O início do PAC acenou com várias possibilidades de melhorias para o local, mas com o passar do tempo, a comunidade percebeu que nem tudo o que havia sido prometido de fato saiu do papel.”

“Eu acreditei e mal sabia que seria vítima do PAC”

“Grupo de moradores estima em cerca de 300 famílias o número de pessoas atingidas na rua São José”

b) Problemas ampliados pelo PAC

1 - Saneamento Básico

Segundo os moradores, não precisa chover para que o esgoto alague a Rua São José. Os problemas de entupimento e transbordamento da precária rede de esgoto implementada na São José são recorrentes. Tais problemas geram enormes transtornos cotidianos aos moradores, que têm que se encarregar de resolvê-los por conta própria, com o desentupimento e a limpeza da rede de esgoto.

Outro problema referido pelos moradores é o precário sistema de fornecimento de água potável. Houve um erro na instalação do sistema de abastecimento e, de alguma forma, a rede de esgoto existente contamina a água potável fornecida. Os moradores que têm condições financeiras compram água para o consumo de suas famílias. Tais condições expõem os moradores a diversos tipos de doença.

Outro agente de importante destaque na constituição da insalubridade é a localização próxima a dois rios excessivamente poluídos (Rio Faria Timbó e Rio Jacaré), que afetam todo o Complexo de Manguinhos. Estes rios, que recebem o despejo de esgoto primário das comunidades locais, transbordam, inundam e entopem com acentuada gravidade, com seus dejetos, a área da Rua São José.

Assim os moradores analisam a situação da rua onde moram e as respostas que conseguem dar a seus problemas:

“O que aconteceu é que as grandes obras, como a elevação da via férrea e construção de prédios, foram entregues a grandes empreiteiras e as outras para pequenas empreiteiras, que visando maior lucro fizeram o esgoto pluvial junto com o esgoto sanitário; manilhas de 50 estão cheias de areia e entupindo; acontece que os canos de esgotos arrebentam e contaminam a água potável, nas tubulações que correm juntas ou próximas”.

“Engenheiro que passou no local fazendo vistoria teria dito que canalização da água pluvial está toda mal feita, manilhamento era para ser outro”.

“Água de esgoto passa ao lado da água de consumo e há contaminação com frequência. Houve caso de cano quebrado gerando infiltração em casa”.

“A precariedade do sistema de esgoto e de água faz com que o esgoto retorne nos canos de água, contaminando a água”

“Aqui revezamos o desentupimento do esgoto, pois está sempre entupido, principalmente quando o nível do rio sobe.”

“Moradores desentopem o esgoto após enchente (levantar tampa bueiro, enfiar cano etc.)”.

2 - Enchentes

O histórico de enchentes na comunidade é antigo, por ser uma das partes mais baixas de Manguinhos. No caso da Rua São José esse problema se agravou devido às intervenções do PAC, principalmente na alteração da topografia da rua, fazendo com que a nova via construída em prolongamento da rua Uranos ficasse mais elevada, criando uma espécie de represamento, contribuindo na formação de bolsões d'água, em dias de enchentes. Referentes ainda à questão das enchentes e do saneamento, segundo informação da associação de moradores de Manguinhos, foram construídas cinco elevatórias pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. No entanto, as elevatórias não funcionam por falta de averbação entre os órgãos competentes.

A despeito dos problemas de enchentes em Manguinhos serem históricos, a localidade não possui um sistema de alerta para situações de emergência, e são os próprios moradores que se encarregam de enfrentar os transtornos, comunicando-se uns com os outros, avisando dos pontos de maior alagamento, e configurando uma rede de ajuda mútua para responder aos problemas causados.

Em todas as fortes chuvas na cidade, os moradores da Rua São José sofrem. A iminência de constantes enchentes cria um enorme transtorno emocional, diante da possibilidade de perdas de seus bens materiais, adquiridos com grande dificuldade, e até mesmo na preservação de suas vidas, tendo em vista que na enchente de 2013 a água chegou a atingir o nível de dois metros de altura nas casas de moradores da São José.

Vários são os vídeos postados no canal do You Tube mostrando os impactos da enchente de 2013 em Manguinhos. Um destes vídeos, “Depois da enchente,

Complexo de Manguinhos”, publicado em 13/12/2013, pela ONG Rio de Paz, mostra as conseqüências das enchentes, documentando a situação das moradias e dos moradores. Um morador relata a grave situação de sua casa, apontando a madeira de contenção para parar a água e impedir também a entrada de ratos. Outra moradora mostra as condições da construção, apontando o nível que a água alcançou em sua moradia (Fonte: <http://bit.ly/1YsCyaU>, acesso em 02/03/2016).

Nas recentes chuvas de março de 2016, essa situação foi vivida novamente pelos moradores da São José, onde muitos perderam todos os seus bens e, para preservação de suas vidas, foram socorridos nas casas vizinhas localizadas em áreas mais altas ou construídas com pisos superiores. A precariedade das instalações elétricas também preocupa os moradores, expondo-os aos riscos de choques elétricos provocados pela junção da rede com a água das enchentes. Um caldeirão de problemas que se entrelaçam e alertam para uma tragédia anunciada, nas muitas situações identificadas pelos moradores:

“Em Manguinhos não tem nada, nenhum sistema de alerta, de emergência”.

“A pista alta na Beira Rio da rua Uranos, e as ruas para dentro ficaram bem abaixo, e isso vai dar problemas quando tiver chuva forte”.

“Não podemos sequer reformar algo, pois a chuva quando vem, leva!”

“Várias pessoas já perderam bens materiais com enchentes, e também problemas com carga elétrica queimando aparelhos”.

“São José é a que mais sofre com enchente, água demora mais na região”

“Dona Maria Luiza, da São José depois da igreja São Daniel teve água entrando na casa e destruindo tudo”.

“O PAC deixou pedras na galeria. A João Goulart não tem como escoar. A solução é a dragagem do rio e a retirada da ponte”.

“Rio Jacaré e Faria Timbó deveriam ser dragados”.

“A prefeitura tinha prometido limpar 200 m do Faria Timbó, e não limpou o lado da São José alegando que os moradores teriam pedido para máquina não passar”.

“Fiação cheia de gambiarra com risco de choque com enchentes. Fio da casa dela passa junto da escada da vizinha. Por sorte não tem criança no vizinho”.

“EMOP prometeu há 4 meses mudar, mas nada aconteceu”.

“Problema foi agravado depois de queda do poste. Presidente da Associação queria cobrar para colocar poste, e desviou fiação para Coréia. Hoje a Light trocou poste”.

“Relato de mudança de 110 V e 220 V de um beco para outro”

As imagens que seguem mostram a situação do interior das casas e da rua na enchente ocorrida no início de março de 2016 (Figuras I.1.4 a I.1.7).

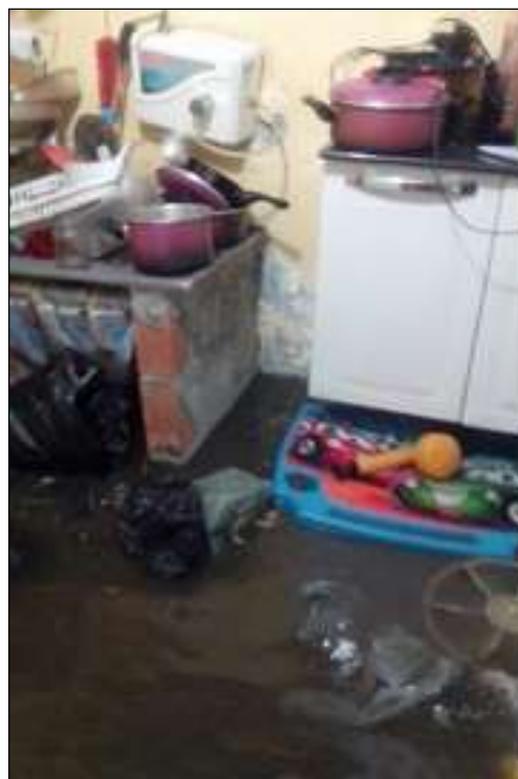


Figura I.1.4 e I.1.5 - Interior de moradia com alto nível d'água. Fotos: Cedidas por morador.



Figura I.1.6 - Moradia pós- enchente: marca de umidade mostra o nível alcançado pela água. Março, 2016. Foto: Cedida por morador.



Figura I.1.7 - Acesso à Rua São José pela Leopoldo Bulhões. Enchente com água no nível da nova via. Março 2016. Foto: Cedida por morador.

3 - Habitação

As favelas do Rio de Janeiro trazem a característica marcante da autoconstrução. As casas construídas por seus próprios moradores ou trabalhadores informais assumem distintas técnicas construtivas que anseiam, sobretudo, pelo aproveitamento máximo dos espaços.

Na Rua São José não é diferente. Assim, diante de processos construtivos autóctones, é comum que em muitas dessas construções sejam encontrados alguns problemas, como as rachaduras. Depois das obras do PAC, tais problemas construtivos aumentaram, consideravelmente, segundo relato dos moradores da São José. Podemos ver a dimensão desse problema na imagem que segue (Figura I.1.8).



Figura I.1.8 - Rachadura longitudinal de uma habitação. Acervo: Projeto Arquetetando Intersubjetividades. Foto: Cedida por morador.

Preocupados com a segurança de suas famílias muitos deles reclamaram com representantes do PAC e alguns chamaram a Defesa Civil. O representante da Defesa Civil, como nos informou um dos moradores, mesmo sem entrar em sua casa para verificar as fendas, decretou que sua casa não cairia. Por outro lado, os funcionários enviados pela EMOP ofereceram-lhes a possibilidade de obras para o fechamento das rachaduras. Esses “reparos” podem ser observados nas figuras de I.1.9 a I.1.11, que seguem.



Figura I.1.9 - Aplicação de grampos metálicos para amenizar os problemas de rachaduras em decorrência das obras do PAC, feitas pela EMOP, em 2015. Fotos: cedida por morador.



Figuras I.1.10 e I.1.11 - Funcionários da EMOP concluindo “reparos” nas rachaduras. Acervo: Projeto Arquetetando Intersubjetividades. 2015. Foto: Cedida por morador.

Os “reparos” oferecidos pela EMOP para fechamento das rachaduras não foi aceito por muitos moradores por acreditarem que se tratava de uma tentativa de “maquiar” os problemas estruturais gerados pelas obras do PAC. Problemas que os moradores creditam às demolições parciais de todas as construções que estavam voltadas para ampliação da Rua Uranos (duplicação da Leopoldo Bulhões). Dentre outros, destacamos os impactos da trepidação de máquinas e caminhões no local, e a linha do trem. A demolição das casas que ficavam voltadas para a nova via também gerara grande vulnerabilidade para essas habitações. Tais casas eram geminadas com as casas de um dos lados da Rua São José. O local das demolições, nomeado de Iraque, ficou sem nenhum tipo de tratamento, gerando, pelo seu estado de destruição e ruínas, segundo relatos dos moradores, um aspecto de guerra. A figura I.1.12 abaixo mostra a paisagem “Iraque”, que predomina na área da rua São José, em estado de demolição incompleta em meio aos escombros; a paisagem da fotografia feita em março de 2015, permanece atual.



Figura I.1.12 – Rua São José, na área paralela à via férrea denominada como 'Iraque'. Março, 2015. Acervo: Projeto Arquitetando Subjetividades - Unisuam.

Os problemas são assim referidos pelos moradores:

“Ficamos aqui sem saber para onde ir, com nossas casas rachadas.”

“Na rua Uranos, que acabaram de construir, já está tudo fragmentado e nem está sendo usada ainda... e com alagamentos; quando começar a ser usada como vai ser com as várias casas rachadas vizinhas e ao longo da rua?”

“Essas casas, quando trem passa, balançam todas, e casas estão rachadas (Rua São José ao longo da via férrea).”

“Casas ao lado saíram, mas ele não entende como permaneceu. Mora no começo da rua São José, trecho da antiga rua 5. Tiraram foto, pediram para arrumar outra casa, mas espera até hoje e nunca deram continuidade. Comprou 17 sacos de cimento para fazer reforma, veio chuva e perdeu tudo”

1.2. Os Impactos do PAC sobre as Habitações: rua São Daniel, a casa da Dona Geralda como síntese dos problemas

A rua São Daniel, onde se situa a igreja São Daniel o Profeta tombada pelo patrimônio histórico, foi um dos pontos do projeto de revitalização urbanística proposto pelo PAC. Contemplava uma via de acesso ligando a rua São Daniel à avenida Leopoldo Bulhões, viabilizando o acesso à igreja projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, porém nada foi feito.

Com as obras do PAC, a rua São Daniel foi asfaltada, mas continua sofrendo com as enchentes. Moradores contam que máquinas pesadas circulavam pela rua durante a obra, realizando diversas escavações. Algumas casas hoje apresentam rachaduras, que foram criadas ou aumentadas depois das referidas obras. Na figura I.2.1, abaixo, localizamos a rua São Daniel marcada em amarelo e a igreja é o ponto vermelho (marcações nossas). Em frente mora D. Geralda.



Figura I.2.1 - Projeto de arquitetura desenvolvido pelo arquiteto Jorge Mario Jauregui. Trecho ampliado da área de requalificação da Rua São Daniel, com destaque para área da Igreja de São Daniel Profeta. Fonte: http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html, consultado em 28/03/2016.

As remoções e as obras inacabadas do PAC deixaram uma série de problemas para os moradores que continuaram a morar nos lugares onde as intervenções aconteceram.

A situação da casa da Dona Geralda, moradora antiga de Manguinhos, é tomado por nós como caso “exemplar” dos problemas herdados pelos moradores em suas habitações. Como já indicamos anteriormente, a casa está situada na rua São Daniel, no Parque João Goulart, próxima à Igreja São Daniel.

Em março de 2015, D. Geralda nos mostrou um buraco de cerca de 20 cm de diâmetro na fachada de sua casa, na altura no chão, de onde vertia continuamente um filete d’água, que escoava para a rua. A moradora explicou que, durante as obras do PAC, foram colocadas tubulações de água e esgoto por baixo de sua casa, que criaram a citada infiltração, como mostram as fotografias abaixo, focalizando o mesmo ângulo da parte externa.



Figura I.2.2 - Fachada da casa de D. Geralda. Vazamento, por baixo da casa, que surgiu depois das obras do PAC na rua São Daniel. Março, 2016. Acervo: Projeto Arquetando Intersubjetividades - Unisuam.

No entendimento de D. Geralda:

Acho que a água é da CEDAE. Um tempo aí teve um operário que trabalhou no PAC que falou pra mim: senhora, esse vazamento na sua casa não estava assim ainda não, estava só meio úmido. Falou: senhora, cuidado que esses vazamentos na sua casa podem dar problemas sérios porque, no momento da obra do PAC, a CEDAE colocou dois canos, duas tubulações da CEDAE embaixo da minha casa, não sei se na dos vizinhos também.

Segundo a moradora, algumas rachaduras já existiam, mas eram pequenas e superficiais. Foi depois das obras do PAC e da colocação das tubulações subterrâneas que as rachaduras teriam se acentuado e outras surgidas. D. Geralda se mostra temerosa com o aumento das rachaduras e cita casos em que construções desmoronaram em Mangueiras:

No início da obra apareceram muitas rachaduras na minha casa como vocês veem aqui. Vou abrir meu imóvel pra vocês filmarem, fotografarem se for o caso. E a gente fica aqui nesse medo constante, preocupação constante porque, eu já falei várias vezes, isso aqui é uma tragédia anunciada. Em 2011 aconteceu um caso como esse lá em Vila Turismo na rua Kíndia, várias casas foram abaixo. E quem acredita e quem duvida e quem garante que a minha, infelizmente, possa vir (a cair), a minha e a dos meus vizinhos. Porque aqui eu não estou preocupada só com a minha família, mas com os vizinhos também. E meus vizinhos da esquerda e da direita já têm pessoas idosas. Inclusive tem um que é acamado e é deficiente visual e tudo é mais complicado, é muito complicado. É isso, pessoal.

A moradora relata que as rachaduras, que eram apenas do reboco da sua casa, se agravaram mesmo durante as intervenções do PAC. Segundo ela, devido aos impactos das máquinas que cavavam para fazer uma rua e das obras para mudanças nas redes de água e de esgoto. Esse problema do vazamento começou depois do PAC e as rachaduras dentro da casa foram aumentando em várias partes do imóvel, como mostram as imagens que seguem (Figuras I.2.3 a I.2.7).



Figura I.2.3 - Rachaduras na casa da moradora. Março, 2016. Acervo: Projeto Arquetando Intersubjetividades - Unisuam.



Figura I.2.4 – Rachaduras na parede da sala de D. Geralda. Março, 2016. Acervo: Projeto Arquetando Intersubjetividades - Unisuam.



Figuras I.2.5 e I.2.7 – Rachaduras nas paredes do quarto do filho de D. Geralda. Março, 2016. Acervo: Projeto Arquitetando Intersubjetividades - Unisuam.



Figura I.2.7 – Rachadura na parede da cozinha da casa de D. Geralda. Março, 2016. Acervo: Projeto Arquitetando Intersubjetividades - Unisuam.

D. Geralda também reclama das enchentes, que se tornaram mais recorrentes e intensas depois das intervenções do PAC na região:

Os dois rios enchem e quando se encontram é caos total. E essa enchente de sábado agora dia 12 (12/03/16) foi muito alta, muito forte. A correnteza muito forte e muita destruição. Na minha casa também encheu. Não a sala, mas a casa em si.

D. Geralda afirma que a rua está enchendo mais do que enchia antigamente, antes das obras do PAC, indicada pelo nível da água em suas casas.

Na imagem que segue (Figura I.2.9) D. Geralda indica o nível em que a água alcançou na parede da sua casa, na enchente do dia 12/03/16. Mesmo sua casa tendo sido construída em um nível mais alto que a rua, a água da enchente quase invadiu sua casa. Já muitos de seus vizinhos tiveram suas casas alagadas e perderam seus bens.



Figura I.2.8 – D. Geralda indica o nível em que a água alcançou na parede da sua casa, na enchente do dia 12/03/16. Março, 2016. Acervo: Projeto Arquitetando Intersubjetividades - Unisuam.

Uma consequência grave dessa situação vivida cotidianamente há mais de dois anos é sobre a sua saúde e de seus familiares: D. Geralda em muitos momentos nos fala sobre o alto índice de glicose em função dos vários problemas de saúde adquiridos por suas preocupações, dentre eles o constante medo de sua casa desabar e também pela insegurança diante dos tiroteios, característicos em sua área de moradia.

1.3. Enchentes: a perpetuação de um problema que tem solução

Desde 2003, vimos analisando os problemas das enchentes em Manguinhos, que se repetem, particularmente, a cada verão, mas que tem apresentado uma variabilidade irregular ao longo dos últimos anos, mesmo depois das intervenções do PAC.

Embora os problemas com as enchentes em Manguinhos sejam históricos e colocados pelos moradores como prioridade juntamente com o saneamento básico, até agora nenhuma intervenção no território foi efetiva na solução do problema, nem o PROSANEAR, nos anos 1990, nem o PAC, agora. Isso apesar das soluções técnicas apontadas por técnicos, inclusive dos órgãos dos governos estadual e municipal.

Na memória dos moradores duas grandes enchentes marcaram suas vidas: em fevereiro de 1988, as intensas chuvas no Rio de Janeiro causaram cerca de 300 mortes e desabrigaram quase 20.000 pessoas. A Prefeitura declarou estado de calamidade pública. Em Manguinhos, as águas dos rios Faria-Timbó e Jacaré se encontraram, formando um corpo d'água único. Mesmo áreas consideradas "seguras" foram inundadas. Moradores perderam suas casas, móveis, eletrodomésticos, alimentos e documentos. As famílias desabrigadas foram encaminhadas temporariamente pela prefeitura para abrigos municipais, sendo mais tarde incluídas no projeto do Conjunto Habitacional Nelson Mandela.

Em 2006, mesmo depois das obras do PROSANEAR, que traziam a promessa de que não haveria mais inundações em Manguinhos, a enchente foi marcante. O desastre foi tão forte que mesmo casas que nunca haviam sido inundadas foram atingidas. Na Linha Tempo do portal do LTM encontra-se a descrição dessas duas enchentes.²

Atualmente as áreas que mais inundam são o CHP2 e João Goulart, em menor gravidade Vila Turismo e, de alguma forma, toda Manguinhos. O que explica a maior gravidade no CHP2 e João Goulart é que, além de estarem em terrenos mais

² Página da Linha Tempo no portal do LTM:
<http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=node/15>.

baixos e com infraestrutura mais precária, estão localizadas próximas da Avenida dos Democráticos e do rio Jacaré.

Desde o anúncio do PAC, em 2007, os moradores e seus coletivos têm reiteradamente registrado em várias oportunidades e por diversos canais e meios suas demandas para a solução do problema das enchentes, associado ao saneamento básico, como uma das prioridades para as intervenções em Manguinhos, como destacamos a seguir.

A primeira audiência pública do PAC Manguinhos registra as preocupações dos moradores:

*(...) A comunidade expressa que o medo é acontecer o mesmo que vem acontecendo no Complexo do Alemão (...). E sobre o fim das enchentes, das linhas de alta tensão e da refinaria de Manguinhos? A linha de alta tensão será mantida, o PAC não vai mexer com a refinaria de Manguinhos. Área Ambiental irá trabalhar com ecos-barreira, Canal do Cunha, matas ciliares (...)*³

A solução do problema passa pela integração das políticas públicas, como destaca Patrícia Evangelista, em seu discurso como representante do Fórum Social de Manguinhos, em 2008, portanto no início das obras do PAC⁴:

(...) A rede de esgoto, em construção nas comunidades, está sendo conectada com a rede de água pluvial, que é despejada nos rios e na Baía de Guanabara. Por isso chamamos mais uma vez a atenção para a necessidade de integração entre as políticas públicas, como o PAC-Manguinhos e o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, entre outros (...)

Em 2009, o Fórum Social de Manguinhos faz sua primeira avaliação das obras do PAC, em andamento, e reafirma ser a questão das enchentes central para os moradores⁵:

³ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO COMPLEXO DE MANGUINHOS EMOP Nº. 03/2007
Disponível em: <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/ATAaudi%C3%AanciaEMOP.pdf>

⁴ FÓRUM DA CIDADANIA EM 11/11/08. Disponível em:
http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/discurso_patricia_cef_11_nov_0.pdf

⁵ DOSSIÊ- MANIFESTO DE AVALIAÇÃO-PROPOSITIVA: 11 MESES DO PAC-MANGUINHOS DO FÓRUM SOCIAL DE MANGUINHOS ENTREGUE AO PRESIDENTE LULA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2009 (Páginas 2-3). Disponível em:
http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie_manifesto_11meses_pacmang_vfinal_0.pdf

(...) A identidade de Manguinhos está relacionada com a memória das enchentes, da luta pela moradia, pelo respeito, pela afirmação de suas identidades étnicas, pela preservação da vida com garantia de direitos. (...) Mas, o movimento social também vem, continuamente, apontando para a necessidade da promoção de ações preventivas emergenciais, quanto ao risco das 'enchentes de verão'. (...) As lutas das comunidades de Manguinhos, como movimento sanitarista, inclusive, pelo saneamento básico pra todos, pelo direito à moradia digna, à habitação saudável, são históricas, reiteradas, enchente após enchente(...)

E propõe:

Quanto ao Saneamento Básico

- Ampliação da rede de saneamento básico para todas as comunidades, todas famílias e moradores de Manguinhos, incluindo prioritariamente a comunidade de Parque Carlos Chagas, que habita em área de várzea, sujeita a inundações;*
- Criação do Subcomitê e de um Programa de Controle das Enchentes e de Redução da Poluição desta Sub-bacia hidrográfica dos Rios Faria, Timbó, Jacaré, Canal do Cunha, Canal do Fundão e Ilhas da Baía de Guanabara; (...)*
(pág.8)

As enchentes ocorridas em abril de 2010, em pleno andamento das obras do PAC, foram denunciadas na 4ª Conferência de Saúde da Cidade do Rio de Janeiro⁶:

(...) No dia 20 de abril de 2010, em reunião do Fórum realizada na Comunidade de Varginha, com a presença de cerca de 100 moradores, foram discutidas as inundações e os graves prejuízos que sofreu Manguinhos, durante as chuvas de 5 e 6 de abril. Compreendendo-se que as famílias não podem sofrer de invisibilidade social por parte dos governos e da grande imprensa e que os moradores de Manguinhos devem ser ouvidos e decidir sobre as políticas públicas destinadas ao lugar em que vivem, uma das ações aprovadas foi a elaboração deste manifesto (...)

⁶ Manifesto do Fórum do Movimento Social de Manguinhos para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável para 4ª Conferência de Saúde da Cidade do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/manifesto_enchente_manguinhos.pdf

Os moradores retomam a luta para resolver o problema das enchentes em 2015, quando o PAC dá por concluída suas intervenções nesta área, deixando como herança a reconstrução de uma nova ponte sobre o rio Faria Timbó, que já havia sido retirada pela Prefeitura justamente por piorar as enchentes. Foi quando um grupo de moradores protocola um abaixo assinado na Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro⁷:

(...) Assim sendo, gostaríamos de relatar o principal assunto teor deste documento, ou seja: causas de enchentes do rio Faria Timbó em Manguinhos, parte de Bonsucesso e parte de Higienópolis. Em mais de 10 anos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em Manguinhos.

A mesma reclamação foi entregue na forma de uma carta à EMOP, com conteúdo semelhante, em que escrevem⁸:

(...) “A construção da ponte sobre o rio Faria-Timbó, é a causa das enchentes de Manguinhos, parte de Bonsucesso e parte de Higienópolis. Vivemos um período de 1991 a 2009 sem enchentes, mas no ano de 2010 perdemos nosso sono e até a data de hoje, já houve outras três grandes inundações, onde moradores e comerciantes tiveram muitos prejuízos” (...)

As fotografias que seguem ilustram bem o drama que atinge os moradores e também as instituições do território (Figuras I.3.1 a I.3.3).

⁷ Abaixo assinado referente a solicitação de retirada de uma ponte do rio Faria Timbó que está causando sérios transtornos de enchentes com prejuízo aos moradores de Manguinhos. Protocolado na Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em 15/06/2015. Impresso.

⁸ Carta aos cuidados do Presidente da EMOP, Sr. Ícaro Moreno Rio de Janeiro, entregue em 02 de julho de 2015. Impresso.



Figura I.3.1 - Comunidade de CHP2. Enchente de Dezembro 2013. Foto: cedida por morador



Figura I.3.2 - Instalação da UPP: Rua Santana do Livramento – Vila Turismo. Enchente de Dezembro 2013. Foto: cedida por morador



Figura I.3.3 - Pontilhão sobre o Rio Faria Timbó reconstruído pelo PAC em 2010. Enchente de Dezembro 2013. Foto: cedida por morador

A denúncia dos moradores acerca de ser a ponte sobre o rio Faria Timbó uma das causas da piora das enchentes foi corroborada pela Prefeitura, no documento da Rio Águas anexado ao relatório do CREA em resposta à demanda do Ministério Público do Estado do Rio⁹, a partir da demanda dos moradores de Manguinhos. Escreve a Rio Águas, em 21/01/2014, na solicitação que faz à empresa que o pontilhão: *“...Apresentar projeto aprovado da ponte executada sobre o Rio Faria-Timbó para análise na Fundação Rio-Águas. Esta medida se faz necessária, pois a referida ponte está dificultando a passagem das águas do curso d’água...”*.

O Laboratório Territorial de Manguinhos também registrou as enchentes, que ocorreram desde 2010. As enchentes de 2010 que atingiram fortemente as comunidades do DSUP, CCPL, Parque João Goulart e Vila Turismo, estão

⁹ Documento que consta do Protocolo CREA nº 2015-7-0082989, consultado em 05/02/2016.

registradas em *slideshow* e no livro “PAC Manguinhos: Um Relato Fotográfico”¹⁰. A enchente de 2013 está relatada na publicação “Relato Fotográfico de Urgências: PAC Manguinhos”, tendo sido entregue impresso, em 2014, ao NUTH – Defensoria do Estado do Rio de Janeiro e às Secretarias de Habitação e de Saneamento do Ministério das Cidades¹¹.

O Impacto das Enchentes na Vida dos Moradores e suas Experiências

As enchentes continuam atingindo, mesmo depois de algumas obras do PAC, mais fortemente os moradores das comunidades localizadas nas partes mais baixas de Manguinhos, quais sejam o Parque João Goulart, Vila Turismo e CHP2, que a cada enchente perdem seus móveis, seus pertences pessoais, suas memórias (fotografias, documentos, etc.). Não só as perdas materiais e afetivas recaem sobre os ombros dos moradores, mas a necessidade de dar respostas, eles mesmos aos impactos das enchentes.

Destacamos alguns dos problemas reafirmados pelos moradores, nos dois últimos encontros referenciados na apresentação, e como as enchentes impactam suas vidas:

Perdas materiais:

...a do ano passado, primeiro ano depois que fizeram a ponte do Faria Timbó – 2013 – batemos o recorde de subida de água em Manguinhos. ... As pessoas hoje querem comprar móveis, mas tem medo de perder...

Estamos aqui pra falar de tudo, há meu supermercado, mas há vizinhos que perdem uma televisão... Morador da Vila Turismo se refere às inúmeras vezes que seu supermercado inundou e teve perdas grandes de produtos.

Várias pessoas já perderam bens materiais com enchentes, e também problemas com carga elétrica queimando aparelhos...Na rua São José depois da igreja São Daniel teve água entrando na casa e destruindo tudo.

¹⁰Slide show e livro “PAC Manguinhos: Um Relato Fotográfico”, disponíveis respectivamente nos seguintes links: http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/enchentes_abril2010.pdf e <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/impactos.pdf>.

¹¹RELATO FOTOGRÁFICO DE URGÊNCIAS: PAC Manguinhos. Fev, 2014. LTM. Disponível em https://www.academia.edu/12246569/Relat%C3%B3rio_Fotogr%C3%A1fico_de_Urg%C3%Aancia_PAC_Manguinhos

Os riscos durante e imediatamente após as enchentes:

A precariedade da rede elétrica, com fiação cheia de gambiarra, traz risco de choque nas enchentes. Fio da casa dela passa junto da escada da vizinha. *Por sorte não tem criança no vizinho. EMOP prometeu há 4 meses mudar mas nada aconteceu. Problema foi agravado depois de queda do poste. Presidente da Associação queria cobrar para colocar poste, e desviou fiação para Coréia. Hoje a Light trocou poste.*

Contaminação da rede de água: a precariedade do sistema de esgoto e de água faz com que a o esgoto retorne nos canos de água, contaminando a água. Como relatam os moradores *água da torneira fica mais suja. Água de esgoto passa ao lado da água de consumo e há contaminação com frequência. Houve caso de cano quebrado gerando infiltração em casa.*

Falta de mobilidade: teve caso de água direto em frente da casa da senhora, que teve que pagar 40 reais para colocar madeira para poder sair e entrar em casa.

Proliferação de vetores de doenças: *também mosquito, falta de limpeza, ninguém limpa, só os moradores principalmente após enchentes.*

Obras mal feitas e falta de medidas de prevenção:

Engenheiro que passou no local fazendo vistoria teria dito que canalização da água pluvial está toda mal feita, manilhamento era para ser outro.

As enchentes ocorrem na área da principal intervenção do PAC, conforme relata outra moradora que diz que o DESUP foi feito abaixo do nível da água...

Antes, na rua Fiscal Monteiro não dava enchentes; outras enchiam, agora depois do PAC enchem muito mais.

Eles usam material de quinta nas obras.

Os moradores relatam também que os entulhos retirados do rio na dragagem pela prefeitura são colocados na beira do rio e fizeram registros dessa operação. E estimam em cerca de 300 famílias o número de pessoas atingidas na rua São José, pelas enchentes.

Quanto às respostas são os próprios moradores que vêm buscando resolver seus problemas mais urgentes, como desentupir o esgoto após enchente (levantar tampa bueiro, enfiar cano etc.), limpar o lixo das ruas e becos, entre outras.

Identificam como alguns dos problemas criados ou não resolvidos pelos gestores do PAC:

- *Antes, na Rua Fiscal Monteiro não dava enchentes; outras enchiam, agora depois do PAC enchem muito mais.*
- *Na comunidade João Goulart não tem como escoar. A solução é a dragagem do rio e a retirada da ponte sobre o Faria Timbó.*
- *O PAC deixou pedras na galeria.*
- *Os rios Jacaré e Faria Timbó deveriam ser dragados, o que não é feito. A prefeitura tinha prometido limpar 200 m do Faria Timbó, e não limpou o lado da São José alegando que os moradores teriam pedido para máquina não passar*
- *A pista da rua Uranos, ao longo da Beira Rio, que acabaram de construir, é mais alta e as ruas para dentro ficaram bem abaixo, e isso vai dar problemas quando tiver chuva forte; já está tudo fragmentado e nem está sendo usada ainda e com alagamentos; quando começar a ser usada como vai ser com as várias casas vizinhas e ao longo da rua rachadas?*

Após os dois encontros dos moradores, nova enchente em março de 2016 deixou desabrigados, atingindo principalmente os moradores do Parque João Goulart, cujos impactos estão detalhados nas partes sobre as ruas São José e São Daniel deste relatório.

Enchentes em Manguinhos têm solução

A qualidade das políticas públicas, incluindo a ausência de definições e indicadores mais precisos de qualidade, é a principal causa dos problemas enfrentados pelos moradores de Manguinhos, em particular destacamos a política de saneamento básico e de habitação.

Embora o programa do governo federal tivesse diretrizes para a solução integrada dos problemas, que envolvia habitação, saneamento, drenagem pluvial, etc., ao ser implementado o PAC Manguinhos, pelos governos do estado e do município, não seguiram as recomendações e não resolveram o problema das enchentes. Foram obras executadas sem projeto técnico e sem respeitar as prioridades tecnicamente enunciadas pelo Plano de Desenvolvimento Urbanístico (PDU), mesmo tendo sido este tomado como base para as intervenções do PAC Manguinhos. Também não

ouviu o que os movimentos sociais, a partir de suas experiências de vida e com os erros de intervenções anteriores, já denunciavam, particularmente, o PROSANEAR.

O diagnóstico do PDU destaca a necessidade de se fazer estudos detalhados para equacionar o problema das enchentes e a elaboração de projetos técnicos integrados, e alerta que enquanto não forem realizadas em conjunto estas obras, situações deste tipo irão acontecer (CONSÓRCIO PAA AGRAR, 2004:95).

A drenagem pluvial foi uma das prioridades anunciadas, e colocada como um problema central a ser resolvido, *por ser uma região mais baixa está sujeita a alagamentos e enchentes devidas tanto ao extravasamento dos rios e canais quanto as dificuldades de escoamento, em particular no CHP2, Parque João Goulart e Vila Turismo* (CONSÓRCIO PAA AGRAR, 2004:94-95).

Em entrevista concedida ao LTM para a produção do documentário “PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança”¹², em 2009, José Stelberto Porto Soares, membro da diretoria do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, engenheiro da Prefeitura e fiscal da mesma na elaboração do PDU, afirma ser fundamental a drenagem do terreno para a viabilidade de projetos de urbanização, principalmente no CHP2, Vila Turismo e João Goulart, uma vez que as águas pluviais, devido à estagnação, acabam sendo lançadas na rede de esgoto causando entupimento na tubulação, e como vimos nos trabalhos de campo, refluxo para os bicos e vielas devido à falta de condições de escoamento. Destaca que sem resolver o problema da drenagem o sistema de esgoto se perderia ou deixaria de funcionar adequadamente.

A exigência de obras de engenharia bastante complexas, peculiaridades do solo, extrema ocupação em áreas não edificantes, necessidade de drenagem do terreno e de construção de elevatória que conduzisse o esgoto sanitário para uma estação de tratamento, além de reassentamento de parte das famílias, foram as razões do porquê Manguinhos não ter sido incluído no Favela-Bairro. Todas essas intervenções significavam um custo muito elevado. (FERNANDES & COSTA, 2009:65).

As soluções para o problema da enchente existem e foram apontadas no diagnóstico referido e por técnicos da prefeitura do Rio de Janeiro. Estas serão apresentadas na parte das conclusões e recomendações deste relatório.

¹² Documentário disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLXnJLfeU4GkoQ-gmcwUNLAqXbHNqPs2OG>, acesso em 15/04/2016.

2. PROBLEMAS QUE ATINGEM TODO O TERRITÓRIO

Esta parte do relatório apresenta os problemas que foram levantados pelos moradores que participaram dos encontros, bem como daqueles com quem conversamos durante os levantamentos de campo, nas ruas ou nas suas próprias casas, e que atingem, ainda que de forma diferenciada em sua gravidade, todo o território de Manguinhos. Os problemas são apresentados nos tópicos a seguir.

2.1. Habitação: promessas, remoções e obras inacabadas

A gravidade dos problemas relacionados aos impactos das obras nas habitações contíguas àquelas removidas, está bem retratada na parte deste relatório que enfoca as situações-limites da rua São José e de casas da rua São Daniel.

Entretanto, as questões não resolvidas pelo PAC relativas à habitação são de várias naturezas e atingem o conjunto de Manguinhos. A seguir levantamos algumas delas de acordo com os relatos de moradores:

- Na CONAB existem, cerca de 750 famílias em aluguel social e as promessas do governo estadual de construção de 400 unidades habitacionais no local não foram cumpridas.
- Na Beira Rio, cerca de 12 famílias que não aceitaram os valores de indenização pagos pelo governo estadual tiveram suas casas danificadas pela remoção das casas vizinhas, e estão morando sob risco.
- Na Mandela de Pedra 1200 famílias estão sem definição com relação aonde vão morar. Destas, 100 famílias não recebem aluguel social. Esta área está sob responsabilidade da prefeitura.
- Na Travessa Kíndia (Vila Turismo), cerca de 20 famílias que perderam suas casas pelo desabamento provocado pela obra do PAC estão sem definição sobre suas casas.
- Nos Ex-Combatentes as famílias que foram removidas da beira do rio para ampliação da via Uranos100 foram alocadas nos apartamentos do PAC, na Av. Itaoca (Alemão). Porém outras tantas aguardam definição do governo do Estado, que não diz o que vai acontecer.
- No Nelson Mandela, cerca de, 400 famílias que moram às margens do rio Jacaré aguardam serem removidas, sem que o governo estadual lhes informe nada. Algumas já foram levadas para Santa Cruz.

- Na rua Hespéria e na Gil Gaffré, na Vila Turismo, não retiraram as casas que estavam previstas de sair e nem fizeram obras do PAC. A área está em estado de abandono, com postes caindo e esgoto jorrando.
- Na rua da Paz, na Travessa Kíndia, dada a situação de insalubridade, o cheiro de mofo que exala das casas é sentido quando se percorre a via.
- Há casos de pessoas que aceitaram a remoção mediante compra assistida para lugar bem distante de sua casa, o que o governo acabou não concretizando; por causa da promessa da compra assistida, pediram demissão do emprego e ficaram desempregadas.
- Há muitos casos de remoção para lugares em condições piores do que onde moravam, dentro ou fora de Manguinhos.
- Moradores relataram também situações em que pessoas que não conseguem levar os móveis para suas novas casas, porque não passam nos becos, para onde foram removidos.

Alguns dos casos acima não foram quantificados pelos moradores. Porém é fundamental destacá-los aqui, uma vez que se tratam de famílias cujo direito à moradia foi gravemente atingido e que acumularam perdas materiais e simbólicas, incluindo os problemas de saúde daí decorrentes.

Em resumo, os problemas mais urgentes possuem três dimensões, que ainda persistem com relação às habitações:

1. Os que estão ainda em aluguel social ou sem qualquer apoio social, sem perspectiva de mudarem para suas casas prometidas;
2. Os que tiveram suas casas abaladas por conta das obras do PAC. Nessa dimensão, temos os seguintes desdobramentos: casas próximas às que foram demolidas pelas remoções, e que foram danificadas, principalmente com rachaduras; casas que foram danificadas devido ao impacto das máquinas durante as obras;
3. Casas que estão com problemas devido às obras incompletas do PAC: casas com infiltrações; em lugares onde o esgoto corre à céu aberto e coleta precário de lixo, dificultando a mobilidade e contaminando a água, e onde as chuvas das enchentes invadem suas casas.

As remoções estão sempre presentes nas políticas públicas para as favelas e, no caso do PAC, foram anunciadas como necessidade para diversas finalidades: implantação do sistema viário; implantação das áreas de lazer e esporte; implantação das edificações e equipamentos propostos e, em áreas que deverão ser desapropriadas por estarem em áreas de risco (TRINDADE, 2012). Estas remoções já estavam previstas no diagnóstico para o PDU como questão central para a viabilização das diretrizes do Plano. Isso se deve basicamente devido às restrições legais para ocupação de áreas como as faixas marginais de proteção do Canal do Cunha e dos Rios Jacaré e Faria-Timbó; da faixa de domínio da linha de transmissão em alta tensão da Light; da faixa de domínio das linhas adutoras de Ribeirão das Lajes, que cruzam as comunidades de Vila Turismo e CHP-2 e da faixa de domínio da linha férrea. Também estavam previstas remoções em áreas sujeitas a alagamento nas cheias dos rios e em outras devido às características do solo, impróprias à edificação (CONSÓRCIO AGRAR, 2004).

Não se contesta a necessidade de remoções em áreas de risco, mas algumas questões se colocam como centrais para serem respondidas pelos governantes e instituições públicas responsáveis pelas obras:

- Por que a lógica da participação, presente na formulação do PAC, não foi respeitada em Manguinhos? Ao contrário, houve pressões políticas, psicológicas, etc. sobre os que estavam para ser removidos, para que aceitassem as condições impostas, ainda que problemáticas e injustas. Os moradores eram chamados a se manifestar apenas para referendar o que já estava definido. Por exemplo, para onde seria removido ou como;
- Por que os moradores que gostariam de ser removidos, não o foram?
- Por que os que não queriam ser removidos, foram?
- Por que os que deveriam ser removidos, por razões claras de riscos, não foram?
- Por que houve o descumprimento de regulamentações e leis que normatizam as remoções, como, por exemplo, a distância da nova moradia com relação à original?
- Os valores de aluguel social e das indenizações pagos pelos governos não consideraram o aumento devido à especulação imobiliária decorrente do PAC.

2.2. Saneamento básico: água, esgoto e lixo

Os moradores identificam em seus cotidianos os seguintes problemas relativos ao saneamento básico:

- A precariedade do sistema de esgoto e de água, com as tubulações correndo próximas, faz com que o esgoto, em determinadas situações, retorne nos canos de água, contaminando a água. Segundo a avaliação de um morador

“O que aconteceu é que as grandes obras, como a elevação da via férrea e construção de prédios, foram entregues a grandes empreiteiras e as outras para pequenas empreiteiras, que visando maior lucro fizeram o esgoto pluvial junto com o esgoto sanitário; manilhas de 50 estão cheias de areia e entupindo; acontece que os canos de esgotos arrebentam e contaminam a água potável, nas tubulações que correm juntas ou próximas.”

- Vazamentos que alagam as vias e becos dificultando a mobilidade. De acordo com um relato *“teve caso de água direto em frente da casa da senhora, que teve que pagar 40 reais para colocar madeira para poder sair e entrar em casa”*.
- As obras da ferrovia fizeram da rua Uranos um depósito de entulhos; o esgoto não dá vazão da Capitão Bragança para o rio Faria Timbó.
- Na rua Sami Jorge colocaram bomba para jogar o esgoto para o rio, mas está tudo podre e junta água no lugar onde a bomba está abandonada.
- Na Santa Efigênia tiraram as casas, mas o esgoto fica jorrando, inundando as casas próximas que permaneceram.
- Na rua Hespéria e na Gil Gaffré não tiraram casas que estavam previstas de sair e nem fizeram obras do PAC. Está tudo meio abandonado, com postes caindo e esgoto jorrando. Tem uma vala que passa no meio da Gil Gaffré que impede o trânsito das pessoas.

Os relatos dos moradores, acima, retratam alguns dos problemas das obras realizadas sem estudo aprofundado das condições locais, sem projeto técnico, incompletas e inacabadas de esgotamento sanitário em Manguinhos.

O diagnóstico do PDU apontava que a Estação Elevatória de Manguinhos, que coleta a descarga sanitária local, faz seus lançamentos nos órgãos de drenagem da região. O PAC não conectou a rede de Manguinhos à ETE Alegria, conforme programado pela CEDAE. Em 2004, o relatório já apontava que

“(...) o trecho do tronco coletor da ETE de Alegria já construído está parado no poço de serviço 247, localizado junto ao cruzamento Avenida Brasil com o Canal do Cunha, a uma profundidade de aproximadamente 10 m. Por sua situação em perfil, poderá atender parte da área do Plano, juntamente com os demais troncos citados. Para isso será necessária a construção dos coletores gerais dos setores que poderiam ser atendidos por este tronco (Nelson Mandela I e II, Varginha, Samora Machel, área não remanejada de Mandela de Pedra etc.), e outras situadas ao longo ou próximas à Avenida Leopoldo Bulhões, evitando-se o lançamento das suas descargas sanitárias nos órgãos de macro drenagem da região.” (CONSÓRCIO AGRAR, 2004:99)

Isto significa, que todo o esgoto continua sendo jogado nos rios Faria Timbó e Jacaré. Para resolver de fato os problemas e realizar um plano de urbanização, segundo José Stelberto Porto Soares na entrevista citada anteriormente, precisaria primeiro resolver a questão da drenagem pluvial, impedindo assim que a área seja um reservatório de água, depois fazer uma rede adequada de esgoto, para depois urbanizar. Pois, como explica o engenheiro, sem um sistema de drenagem pluvial eficiente, a população vai usar com todo o direito, como recurso emergencial, a rede de esgoto para fazer escoar a água das enchentes que invadem suas ruas e casas. Essa é uma das causas que faz com que a tubulação de esgoto, no tempo, estoure e provoque os vazamentos, reclamados pelos moradores.

2.3. Rede elétrica

Com relação à situação da rede elétrica local os moradores identificam como problemas:

- A fiação é cheia de gambiarra, com entrecruzamentos entre as casas, colocando em risco, particularmente choque nas ocasiões das enchentes. A EMOP promete resolver, mas não o faz.
- Relato de mudança de 110 V e 220 V de um beco para outro.

- Postes caindo na rua Hespéria e na Gil Gaffré, onde estavam previstas remoções e até agora não aconteceram, e também não fazem obras de manutenção e de melhorias.

As situações apontadas pelos moradores já haviam sido identificadas pelo diagnóstico do PDU de 2004 (CONSÓRCIO AGRAR, 2004:108):

O padrão de iluminação é variável, seguindo as especificações adotadas em cada tipo de projeto, que muitas vezes não proporcionam níveis de iluminação satisfatórios, decorrentes de especificações inadequadas, falta de manutenção, distribuição do posteamento, vida útil ultrapassada etc. Desta forma existem zonas com índices de iluminamento insuficiente, mesmo dentro de planejamentos havidos. A baixa qualidade da manutenção, depredação dos moradores, ineficiência e maior afastamento das luminárias etc., proporcionam qualidade inferior de iluminação noturna, que contribui inclusive para sub atividades nas horas de escuridão.

Os problemas da rede elétrica trazem conseqüências sérias para as famílias, já em situação de vulnerabilidade, pois muitos perdem alimentos e seus aparelhos elétricos com as oscilações da rede. Os prolongados períodos sem energia elétrica, relatados pelos moradores, além de produzirem todos os transtornos cotidianos comuns à falta de energia, aumentam os gastos familiares. Além disso, tais problemas trazem riscos de vida aos moradores.

2.4. Transporte e Mobilidade

As principais queixas dos moradores com relação ao transporte e à mobilidade dizem respeito à falta de sinalização na rua Leopoldo Bulhões, principalmente, com elevado risco de atropelamentos.

No DSUP, também há risco de atropelamento porque não isolaram a via férrea, e os moradores atravessam pelos trilhos por ser o caminho mais curto para chegar ao comércio (padaria, etc.), às algumas escolas, etc.

A mobilidade interna dos moradores é dificultada por valas a céu aberto, produzidas tanto por água quanto esgoto jorrando, em vários lugares do território. E também

pelo estado de abandono das obras em várias localidades, especialmente em CHP2 e Parque João Goulart, na região próxima a linha do trem.

Uma moradora expressa bem o drama vivido pelos moradores para se deslocar em condições precárias das vias internas, quando diz *“temos que continuar com a luta, pois a pista nova nem foi inaugurada e já passou por enchente e atropelamento. Um garoto passando na beira escorregou e caiu no rio, foi levado e morreu”*.

O diagnóstico do PDU apontava que entre as prioridades para melhoria dos transportes deveria estar a melhoria da rede viária local, incluindo

“Novas condições mais adequadas à circulação de pedestres e bicicletas serão estabelecidas, incluindo a remoção ou redução de obstáculos, entaves ou barreiras além, da implantação de canais mais satisfatórios para a travessia das vias principais, principalmente passarelas projetadas segundo os conceitos do desenho universal, visando melhorar as condições de circulação para as pessoas com mobilidade reduzida (idosos, gestantes, pessoas portadoras de deficiências, obesos, crianças, etc.)” (CONSÓRCIO AGRAR, 2004:125)

2.5. Lazer

A situação de extrema gravidade quanto ao saneamento e moradia, fazem com que as questões relativas às áreas de lazer, prevista no PAC, não sejam amplamente problematizadas pelos moradores. Ainda assim, muitas pessoas se referiram a necessidade de áreas de lazer para crianças e jovens. Estrato esse da população que é de grande preocupação e prioridade dos coletivos e movimentos sociais por não terem políticas públicas para eles.

Os locais construídos pelo PAC são utilizados para outros fins, como por auto-escolas ou estão sem condições, por falta de manutenção. O espaço construído embaixo da linha do trem, as ditas *“Ramblas de Manguinhos”* ganhadora de prêmio de arquitetura no exterior, que deveria servir ao lazer, está sendo utilizado como estacionamento para automóveis.

2.6. Relações entre os Moradores e o Poder Público

Quando o PAC foi anunciado, em Manguinhos, assim como em outras favelas onde o programa foi implementado, coletivos locais organizados se mobilizaram de forma

a promover o debate e discutir as prioridades do território. Em Manguinhos, a discussão foi liderada pelo Fórum Social de Manguinhos, que se fortaleceu em função do PAC agregando seis associações de moradores e entidades e ONGs locais bem como pesquisadores da FIOCRUZ, e chegou a atuar de forma itinerante a fim de circular as informações, ouvir e dar voz aos moradores das diversas localidades do território.

De acordo com pesquisa realizada pelo LTM de 2013/2014, desde o início do PAC, um dos aspectos que ficou claro para os fóruns de acompanhamento do Programa, por meio dos quais se dava a prevista participação comunitária, foi o desencontro de informações, gerando muitas incertezas nos moradores, tanto no que diz respeito às obras, de forma geral, mas especialmente em relação às remoções, indenizações e os novos apartamentos. De acordo com a metodologia inovadora trazida pelo PAC, cabia ao trabalho social operar este canal de informação e garantir o diálogo e a participação comunitária. Mas, considerando os documentos consultados e os depoimentos dos moradores, o processo não se efetuiu desta forma. Uma moradora de Manguinhos recorda: *“E a confusão que fizeram com a cabeça do morador? Porque fizeram uma divisão tremenda. Há uma divisão de pessoas, de grupos, de lideranças, uma coisa muito individual”* (RELATÓRIO TÉCNICO, 2015).

Sendo assim, apesar das diretrizes apontarem para uma maior valorização da participação dos moradores na definição de prioridades e na implementação das intervenções, as formas de relação dos gestores do PAC, não foram qualitativamente modificadas com relação ao que historicamente vivenciam os moradores. Mostrou-se uma gestão com pouca transparência, com restrição das informações e promovendo a fragmentação e desmantelamento dos mecanismos de participação popular existentes no território (RELATÓRIO TÉCNICO, 2015).

Os moradores apontam alguns mecanismos pelos quais essa relação continua acontecendo no cotidiano:

- Gerenciamento das obras sem dialogar com os moradores e ignorando as reclamações: o que aconteceu é que as grandes obras, como a elevação da via férrea e construção de prédios, foram entregues a grandes empreiteiras e as outras para pequenas empreiteiras, que visando maior lucro fizeram o esgoto pluvial junto com o esgoto sanitário; manilhas de 50 estão cheias de areia e entupindo; acontece que os canos de esgotos arrebentam e contaminam a água potável, nas tubulações que correm juntas ou próximas; Moradores relatam que os entulhos retirados do rio na dragagem foram colocados logo na beira do rio. E que usam material de baixa qualidade nas obras.

- Recurso para remover os moradores da rua São José teria sido desviado, pois há rumores de que já havia um prédio reservado para os moradores que seriam removidos.
- No projeto original do PAC estava previsto acabar com a rua São José. Foi realizada a marcação, e fotografaram a área no início da obra, chegando a perguntar a cada família se queria ficar ou sair etc. Como maioria não queria sair, estes moradores acreditam que dinheiro acabou sendo usado para outras finalidades. Em 2015 voltaram, pegaram foto, número de telefone etc., mas não deram mais notícias.
- Um funcionário da Caixa Econômica Federal disse que o dinheiro para indenizar moradores da São José teria sido liberado, mas não foi para moradores. Considerando tal fato por que a CEF não assumiu a sua responsabilidade de fiscalizar o recurso liberado para indenização dos moradores da São José e não impediu que ele fosse desviado para outra finalidade?
- Representante oficial na época da comunidade, com quem a CEF e governo dialogavam, desviou recursos e prioridades para outra comunidade (Coreia), mas não tem como provar.
- Muitas verbas foram desviadas. Por exemplo: Escola Luis Carlos da Vila teve reforma no prédio do exército com 9 milhões, mas com certeza não se gastou isso.
- O poder público não realiza a manutenção do que foi feito: a piscina na escola Luiz Carlos da Vila está interdita; o mato toma conta de toda a área de Manguinhos; embaixo da estação os quiosques estão abandonados e ao longo da via férrea os espaços estão sendo ocupados de novo.
- Só existem dois projetos em Manguinhos: um é a articulação de presidente de associação com vereador para reformar campo de futebol ou coisas assim; e outro é tirar crackeiro, até eles voltarem de novo.
- Todos pagam o mesmo imposto quando vão na padaria ou compram bala. Deveriam se tratados como cidadãos como são os de Copacabana.
- Devemos chamar o PAC Social para explicar e entendermos os problemas.

- Eduardão (vereador) diz que dragaram o rio em 2014 e entregou um panfleto com novo requerimento.
- Eu acreditei e mal sabia que seria vítima do PAC.

Ainda de acordo com a referida pesquisa realizada pelo LTM, As várias instâncias de poder presentes no PAC – federal, estadual e municipal, articulada a outro leque de agentes sociais, como a Caixa Econômica Federal, o BNDES, os consórcios privados, concorriam para tornar o PAC uma estrutura complexa, cuja dinâmica era ainda mais confusa, especialmente se considerarmos que junto a estes atores ainda havia os interesses locais, em particular das associações de moradores e as pressões do poder marginal. Em Manguinhos, todo o movimento popular em torno do PAC perdeu força com a derrubada do Comitê de Acompanhamento do PAC. Por uma orientação vinda de “cima” foi decidido que o Comitê não seria necessário, e que o acompanhamento das obras seria feito pelos presidentes das Associações de Moradores. Desta forma, no encaminhamento do processo de remoção, das indenizações e da entrega das chaves dos novos apartamentos, o que entrou em campo foi muito mais as relações de poder dentro das localidades com as instâncias estaduais e municipais gestoras do PAC do que o trabalho social previsto pela proposta original do PAC, pelo governo federal.

III. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Este relatório objetivou documentar e sistematizar questões que subsidiem tanto os moradores quanto os órgãos de defesa de seus direitos fundamentais, como a Defensoria Pública e o Ministério Público, no sentido de encaminhar as soluções aos problemas junto aos governos responsáveis pelos mesmos.

Neste sentido, não se pretendeu aprofundar aspectos técnicos das obras. Até porque, para fazê-lo, seria necessário ter disponíveis os respectivos projetos técnicos, os quais nunca foram disponibilizados pelos gestores municipais e estaduais do PAC Manguinhos. Não há intenção também de esgotar todos os problemas do território, uma vez que nossa metodologia se baseia no diálogo com os moradores que participaram dos encontros e oficinas que organizamos para a elaboração do mesmo, e com os quais montamos nosso itinerário de trabalho de campo.

Muitas das urgências relatadas já foram denunciadas à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e ao Ministério das Cidades, em 2014, conforme consta do Relatório de Urgências, referido anteriormente neste relatório, como o caso da situação da rua São José.

Destacamos aqui diversas questões levantadas a respeito de cada problema, por ordem de urgência tal como colocada pelos moradores.

Rua São José:

Considerando o relato dos moradores, não seria necessário solicitar informações a respeito do destino da verba destinada à realocação dos moradores e a possível construção de um conjunto residencial?

As famílias residentes se encontram em situação dramática, pois atualmente a rua encontra-se em um estado de abandono total, praticamente destruída como via de acesso dos moradores.

É necessário definir junto com os moradores, afirmando a via participativa proposta pelo PAC e considerando que as famílias precisam arbitrar em seus destinos, um dos encaminhamentos:

- Revisão ampla dos sistemas de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, bem como das casas com problemas estruturais como rachaduras, com vistas a uma solução definitiva das situações de precariedade e risco;

- Na inviabilidade de soluções técnicas-políticas dos problemas acima referidos, que seja imediatamente implementado um programa participativo para criar outro espaço de moradia para realocar as pessoas, conforme estava no projeto original do PAC, como forma de solução definitiva dos problemas de moradia das famílias afetadas;
- Urge resolver imediatamente o problema do sistema de fornecimento de água potável, que atualmente está sendo contaminada, a despeito de possíveis mudanças que venham a ser acordadas entre moradores e poder público.

Outras medidas emergenciais se referem ao diagnóstico das casas com rachaduras para avaliação de riscos de desabamentos e o imediato reparo, bem como o fim do transbordamento dos rios com água contaminada por esgotos na área. Ambas as ações exigem perícias técnicas competentes para o diagnóstico e solução imediata dos problemas. Adiar tais soluções implica em colocar sob risco de vida várias famílias, o que coloca o Estado como responsável pela violação do direito à moradia e à saúde, e pela possível morte de moradores.

Rua São Daniel, a casa da Dona Geralda e vizinhanças

O caso relatado por Dona Geralda, cuja casa e dos seus vizinhos podem estar correndo risco de desabamento devido às rachaduras provocadas pelas obras do PAC, envolve uma situação de risco que vem afetando sua saúde e de seus familiares. Exige, portanto, uma intervenção imediata dessa Defensoria para que os órgãos e as empresas responsáveis pelas obras nesta rua sejam acionados para dar uma solução a essas famílias.

Estas pessoas estão vivendo há mais de dois anos sob tensão diária devido aos riscos de perda de suas próprias vidas, situação essa que também implica na violação dos seus direitos humanos à moradia e à saúde.

Enchentes: a solução anunciada para uma tragédia recorrente

As soluções para o problema das enchentes existem e foram apontadas no diagnóstico referido no próprio diagnóstico do PDU e por técnicos da prefeitura, e serão apontadas a seguir.

Resumidamente, ainda de acordo com José Stelberto Porto Soares, a solução para as enchentes em Manguinhos, além de resolver o problema da drenagem pluvial, deveriam ser feitas intervenções para impedir que as águas de fora e as dos transbordamentos dos rios Faria Timbó e Jacaré sejam despejadas dentro de Manguinhos. Para tal deveriam ser feitas uma galeria de cintura pela Av. dos Democráticos, para impedir que a água de fora entre em uma pequena mureta na beira dos rios para manter a altura e não deixá-los transbordar. Evidentemente, essas intervenções devem ser feitas acopladas a um sistema de drenagem adequado, incluindo a construção de bacias de acumulação, para que as águas das chuvas escoem evitando alagamentos e enchentes.

Cabe salientar que a persistência das enchentes em Manguinhos mostra que as obras do PAC não foram realizadas a partir de estudos e projetos técnicos adequados. Tampouco existem planos de manutenção para dragagem dos rios, problema este apontado no diagnóstico (CONSÓRCIO PAA AGRAR, 2004:95):

- “Percebe-se, portanto, a inexistência de planejamento plurianual para atendimento das diversas bacias de drenagem. A existência dos chamados Contratos e Manutenção Anuais que atendem a cada Área de Planejamento parece restringir a capacidade de planejamento para horizontes mais longos. Não foram identificados na SERLA – Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, planos de intervenção na área.
- Não existem planos de dragagem programados para execução no Rio Jacaré, Faria Timbó e para o Canal do Cunha na SERLA e na Fundação Municipal Rio Águas. Como já citado, obras havidas e em execução seguem as dotações orçamentárias destes órgãos conforme necessidades imediatas. Estas obras têm sido executadas somente pela Fundação Municipal Rio Águas, na falta de Planos da SERLA e dotações outras do Estado do Rio de Janeiro para estes setores.”

As enchentes ocorridas após as intervenções do PAC mostram que não foram realizadas os estudos e projetos técnicos adequados à solução do problema, bem como continuam não existindo tais planos de dragagem, apontados no PDU. Neste sentido, recomendamos que:

- A Defensoria exija a solução dos problemas aos órgãos responsáveis pelas obras do PAC, convocando pelo Estado do RJ a EMOP, e pelo município a Rio Águas, principalmente, para que se pronunciem sobre a persistência e a solução do problema das enchentes, incluindo o saneamento básico;

- Convide o engenheiro José Stelberto Porto Soares, membro da diretoria do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, para assessorar esta Defensoria nas questões relativas às enchentes e ao saneamento básico.
- Com relação ao pontilhão sobre o Faria Timbó, que foi reconstruído pelo PAC e que agrava o problema das enchentes como denunciado pelos moradores e pela própria prefeitura, propomos a responsabilização civil e o ressarcimento dos valores gastos na construção por parte de quem autorizou a construção da mesma; bem como sejam tomadas as devidas providências para correção do problema.

Problemas que Atingem todo o Território:

Com relação aos problemas de habitação tais como a manutenção de famílias em aluguel social sem que haja um horizonte para a definição de sua moradia definitiva e obras inacabadas que afetam as condições de moradia; a persistência de problemas de saneamento básico, com redes de esgoto estouradas ou misturas com as águas de chuva, a precária coleta de lixo e de fornecimento de água; as precariedades da rede elétrica e de fornecimento adequado de luz; as dificuldades de mobilidade pelas precárias condições das vias, e; as confusas relações entre os poderes públicos e os moradores, recomendamos que esta Defensoria intermedie o diálogo entre os moradores e os seus coletivos legitimamente constituídos com os poderes públicos responsáveis pelas intervenções do PAC para avaliar a situação do território e cumprir as promessas do PAC no que diz respeito a todas estas questões conjuntamente.

Conforme os Defensores se manifestaram nos encontros com os moradores, sugerimos que esta intermediação da Defensoria se estenda também ao Ministério Público, na área dos direitos urbanos. Para tanto sugerimos que esta Defensoria promova uma reunião com os Procuradores do Ministério Público e a Comissão de Moradores, constituída neste processo de diálogo com a Defensoria.

Em resumo, que os governos estadual e municipal façam valer as premissas do PAC da participação e retome o diálogo com os moradores, tomando como referência os problemas apontados aqui e o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Manginhos, produzido no âmbito do próprio PAC.

Concluimos este relatório destacando que a Constituição Brasileira de 1988, no seu Título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, afirma uma extensa relação de direitos sociais no Capítulo II, Artigos 6º, em que diz que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

A constituição coloca que moradia como direito fundamental impõe à Administração Pública o implemento de políticas destinadas a sua garantia ampla e universal.

Moradia, que entendemos incluir não apenas a habitação, como espaço físico, mas as condições para viver dignamente, que incluem acesso ao saneamento básico, acesso ao transporte, condições de mobilidade, entre outras.

Neste sentido, este relatório é uma denúncia da violação desses direitos por parte dos governos.

O que torna mais dramática a situação dos moradores de Manguinhos é que além das violências ao direito à moradia digna, o cotidiano dos moradores é atravessado pela violência dos aparatos de segurança do Estado e do poder marginal, que atentam contra o direito à vida.

Nossa equipe, ao longo desses anos teve que cancelar inúmeras vezes os trabalhos de campo devido aos confrontos dos aparatos de segurança com os poderes marginais. Inclusive em março deste ano, tivemos que cancelar visitas para registro devido às operações do BOPE em Manguinhos, que inclusive matou um jovem. A violência dos aparatos de segurança do estado sobre o cotidiano dos moradores é bem expressa por uma moradora:

“Temos de café da manhã o caveirão e o BOPE fantasiado em nossas portas. Semana passada os policiais fantasiados bateram em um garoto, tiraram muito sangue dele e quebraram tudo na lanchonete. Quando se morre na comunidade ninguém fala nada”. (Depoimento de uma moradora na Oficina do dia 08/12/2015)

As conclusões e recomendações aqui colocadas são parciais, uma vez que a explicitação das necessidades reais é prerrogativa dos moradores. Portanto, seu aprofundamento implica no avançar do diálogo direto dos poderes constituídos com a população de Manguinhos. Somente dessa forma será possível o estabelecimento de um acordo para a solução dos problemas relatados que garantam seus direitos de cidadania, os quais têm sido sistematicamente violados.

REFERÊNCIAS

- CONSÓRCIO PAA AGRAR. Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos – Relatório de Diagnóstico. 2004 (impresso).
- FERNANDES, T. M. & COSTA, R. G. *Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.
- PIVETTA, GUIMARÃES E ZANCAN (Org.). PAC Manguinhos: Um Relato Fotográfico, 2012. Disponível em www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br
- RELATO FOTOGRÁFICO DE URGÊNCIAS: PAC Manguinhos. Fev, 2014. LTM. Disponível em https://www.academia.edu/12246569/Relat%C3%B3rio_Fotogr%C3%A1fico_de_Urg%C3%Aancia_PAC_Manguinhos
- RELATÓRIO TÉCNICO DO PROJETO “Políticas Públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC na perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental”. Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012. Fevereiro 2015. Disponível em: http://www.academia.edu/12268270/RELAT%C3%93RIO_DA_PESQUISA_POLITICAS_PUBlicas_MORADIA_SANEAMENTO_E_MOBILIDADE_UMA_ANALISE_PARTICIPATIVA_DO_PAC_NA_PERSPECTIVA_DA_PROMO%C3%87%C3%83O_DA_SA%C3%9ADE_E_DA_JUSTI%C3%87A_AMBIENTAL Acesso em: 01/06/2015.
- TRINDADE, Claudia Peçanha. “Não se faz omelete sem quebrar ovos”. Política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.